

REGIMENTO INTERNO

Art. 1º - A Associação Atlética Banco do Brasil de Fortaleza - CE reger-se-á por seu Estatuto, este Regimento Interno e pelas demais deliberações de seus órgãos;

Art. 2º - O presente Regimento Interno tem por finalidade estabelecer normas para o uso das dependências do clube, definir atribuições, regulamentar disciplina e complementar a ação do Estatuto Social.

Art. 3º - A obrigatoriedade do cumprimento das normas expressas neste regimento interno será absoluta por parte dos associados, seus dependentes e convidados, sem privilégios ou exceções.

DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - A AABB - Fortaleza é formada pelas seguintes categorias de associados:

- I. EFETIVOS - funcionários do Banco do Brasil, aposentados e pensionistas que recebam benefícios de entidade de previdência complementar patrocinada pelo Banco do Brasil;
- II. PARENTES - parentes, até terceiro grau, dos associados efetivos;
- III. COMUNITÁRIOS - pessoas da comunidade;
- IV. BENEMÉRITOS – pessoas que tiverem prestado serviço de excepcional relevância à Associação, indicados pelo Conselho de Administração ao Conselho Deliberativo para homologação por, no mínimo, 2/3 de seus membros.
- V. CORRESPONDENTES – residentes em outros Municípios, aos quais é facultada a utilização dos serviços de hospedagem disponibilizados na sede praia, com fixação de mensalidade diferenciada, sem qualquer direito de voto ou de ser votado.

§1º Fica vedada a instituição de categorias associativas ou venda de títulos de quaisquer denominações ou modalidades que deem ou possam representar conotação de direito patrimonial.

§2º Admitir-se-á, em todas as categorias, a modalidade de associado individual.



Art. 5º - Para que se efetue a admissão no quadro de associados o proponente terá que:

- a) Preencher proposta solicitando sua admissão;
- b) Anexar documentação comprobatória dos dependentes;
- c) Efetuar pagamento de taxa de adesão e mensalidade em favor da associação;
- d) Anexar 2 (duas) fotos 3 x 4 suas e de cada dependente;
- e) Anexar, no caso de sócio Comunitário, comprovante de renda do titular ou responsável financeiro pelo pagamento da mensalidade;
- f) Ter aprovada sua admissão pelo Conselho de Administração;
- g) Manter, preferencialmente, conta corrente em uma das agências do Banco do Brasil;
- h) Anexar documentação exigida na proposta.

Art. 6º - O associado e o dependente com mais de 5 (cinco) anos de idade deverá portar carteira social.

Parágrafo único - A expedição da carteira social será feita mediante o pagamento de uma taxa estabelecida pelo Conselho de Administração.

Art. 7º - A readmissão de associado estará sujeita ao pagamento do valor das mensalidades acumuladas no período inadimplido, máximo de 03 (três) meses.

Art. 8º - As informações prestadas pelo proponente, quando da apresentação de sua proposta de admissão, são de sua inteira responsabilidade, devendo ser apreciadas dentro do que estabelece este Regimento Interno, sujeitando-se, em caso de informações inverídicas, às sanções previstas em Lei.

Art. 9º - O associado, seja de qualquer categoria, que não estiver em dia com suas obrigações sociais ficará impedido de frequentar as dependências da ASSOCIAÇÃO.

Art. 10º - Nos casos de demissão, exclusão ou eliminação, não haverá devolução da taxa de admissão.

Art. 11 - O associado efetivo entrará em gozo de seus direitos tão logo apresentada a proposta de admissão. Os demais associados entrarão em gozo de seus direitos após aprovação de sua proposta pelo Conselho de Administração, cumpridas as normas definidas neste Regimento, cuja análise e



resposta se dará em até 10 (dez) dias úteis a contar da entrega de proposta de admissão.

DOS DEPENDENTES

Art. 12º - São dependentes dos associados;

- I. o cônjuge;
- II. os, filhos, enteados, tutelados enquanto menores de 24 anos;
- III. o companheiro ou companheira,
- IV. o pai ou mãe, sogro (a) acima de 65 anos;
- V. os portadores de necessidade especiais, independentemente da idade, que dependam econômica e financeira do associado;

§1º Salvo quanto aos direitos que devem ser exercidos pessoalmente e outros dispositivos do Estatuto ou deste Regimento, gozam os dependentes das mesmas prerrogativas dos associados.

§2º A prova da condição de dependente é feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) no caso do item I, certidão de casamento;
- b) no caso do item II, certidão de nascimento e certidão do termo de tutela;
- c) no caso do item III desde que comprovado pelos meios legais;
- d) no caso do item IV e V, documento que comprove o vínculo;

§3º O cidadão que perder a qualidade de dependente, só poderá continuar a frequentar a Associação mediante apresentação de proposta dentro das modalidades estabelecidas neste Regimento Interno.

Art.13º - O ex-cônjuge dependente, caso de dissolução da sociedade conjugal, pode requerer uma nova titularidade, no com nova matrícula, isento de cobrança de nova taxa de adesão, e reclassificado para a categoria de associado comunitário.

Art.14º - O ex-cônjuge dependente (viúvo ou viúva) pode requerer troca de titularidade no caso de falecimento do titular.

§ 1º - Deverá ser apresentada certidão de óbito do titular;

§ 2º - A nova titularidade será concedida na mesma categoria do titular;

Art.15º - Ocorrendo exclusão de associado efetivo ou Benemérito do quadro social da AABB, exceto no caso de falecimento, o associado parente por ele



§2º - As pessoas admitidas através de convênios associativos poderão frequentar a ASSOCIAÇÃO e participar de suas atividades.

§3º - Fica a cargo do Conselho de Administração a fixação do valor da mensalidade e da taxa de admissão, podendo esta variar, ou mesmo ser isentada, de acordo com a conveniada, a critério do Conselho de Administração.

§4º - Para as empresas coligadas ao Banco do Brasil, admite-se a formalização de convênios associativos com valor de mensalidade vinculada àquela determinada para o Associado Parente.

§5º - O associado conveniado não poderá, em hipótese alguma, votar ou ser votado.

DO REGIME DISCIPLINAR DAS INFRAÇÕES

Art. 22º - Considera-se infração disciplinar toda ação ou omissão do associado e seus dependentes que comprometa a dignidade e o decoro, prejudique a eficiência do serviço, cause prejuízo de qualquer natureza e não observe as normas estatutárias ou regimentais da Associação.

Parágrafo único - na aplicação da pena levar-se-á em conta os antecedentes e o grau de culpa do acusado, os serviços prestados à Associação, bem como os motivos, as circunstâncias e as consequências da ação ou omissão.

DAS PENALIDADES

Art. 23º - São penas disciplinares;

- I. advertência verbal;
- II. advertência por escrito;
- III. suspensão;
- IV. exclusão;
- V. eliminação.

§ 1º - os associados serão contatados de forma sigilosa e pessoal, assegurado o direito da ampla defesa e do contraditório.



proposto migrará para a categoria Comunitário, após comunicado formal pela ASSOCIAÇÃO.

Art. 16º - No caso de companheira(o), não sendo possível a comprovação legal do vínculo, poderá ser aceita declaração do associado.

Art. 17º - Estará isento da taxa de admissão o ex-dependente que pedir reclassificação para outra categoria no prazo máximo de 90 (noventa) dias após atingir a maioridade regimental.

DOS CONVIDADOS E ACOMPANHANTES

Art. 18º - O Associado tem direito à retirada de convites gratuitos, em número estipulado pelo Conselho de Administração, para ingresso de seus convidados e acompanhantes à ASSOCIAÇÃO, a saber:

- Quantidade por mês – 4 (quatro), podendo ser requerido até 2 (dois) convites por convidado, no semestre.
- Crianças até 10 anos incompletos e idosos a partir de 65 anos, devidamente identificados, estão dispensados da apresentação do convite, desde que acompanhados do Associado.

Art. 19º - Será permitido o ingresso, sem a necessidade de convite de acompanhantes de portadores de necessidades especiais.

Parágrafo único - Os acompanhantes deverão ser identificados na Central de Atendimento.

Art. 20º - Cumpre ao associado orientar seus convidados com respeito às normas da ASSOCIAÇÃO, respondendo o associado titular pelos atos, seja social ou esportivo, dos seus convidados durante a sua permanência na AABBB, sujeitando-se às penalidades previstas neste Regimento Interno ou no Estatuto da ASSOCIAÇÃO.

DOS CONVÊNIOS ASSOCIATIVOS

Art. 21º - A ASSOCIAÇÃO poderá celebrar Convênios Associativos com entidades, instituições ou empresas.

§1º - Serão entregues aos conveniados cópia deste regimento interno, cuja observância será obrigatória.



§ 2º as penalidades previstas nos Incisos II, III, IV e V serão aplicadas após o regular processo administrativo, de acordo com o contido no Regimento Interno e Estatuto Social da Associação.

§ 3º - a pena de suspensão priva o associado de seus direitos, subsistindo as obrigações. Esta pena não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias. A perda temporária dos direitos do associado limita-se à pessoa do infrator, podendo, ainda, ser parcial de forma que ao apenado seja proibido do exercício de determinados direitos, especialmente na área em que a infração foi cometida.

§ 4º - o associado ou dependente, enquanto suspenso, não poderá ingressar nas dependências da Associação ainda que a convite de outro associado ou na condição de visitante.

§ 5º - A aplicação da pena far-se-á sem prejuízo da obrigação de indenizar eventuais danos produzidos direta ou indiretamente à associação ou a outro associado.

§ 6º - a reincidência agrava a pena.

Art. 24º - São competentes para aplicar penalidades:

- I. as de advertência verbal: qualquer membro do Conselho de Administração ou os Diretores presentes, com posterior encaminhamento da ocorrência à Comissão Disciplinar;
- II. Advertência por Escrito: Presidente do Conselho de Administração;
- III. Suspensão: Conselho de Administração
- IV. Exclusão e Eliminação: Conselho Deliberativo

Parágrafo único - O julgamento de infração em que esteja incurso membro do Conselho de Administração, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, será da competência do Conselho Deliberativo.

Art. 25º - São passíveis de punição:

- I. com pena de advertência, os atos que importem em conduta incivilizada aos quais não esteja cominada penalidade mais grave;
- II. com advertência por escrito a:
 - a) reincidência, em uma mesma ocasião, nos atos previstos no item anterior;



- b) desobediência às determinações dos normativos da Associação e o desacato a qualquer membro do Conselho de Administração ou Diretor;
 - c) agressão física, de natureza leve, ou verbal a convidado, associado, dependente ou funcionário da Associação;
 - d) embriaguez excessiva e o procedimento atentatório contra a moral e os bons costumes;
- III. com pena de suspensão:
- a) reincidir em infração já punida com advertência por escrito;
 - b) praticar ato de indisciplina considerado grave;
 - c) infringir disposições estatutárias;
 - d) ceder sua identificação social a terceiros;
 - e) desrespeitar, por palavras ou gestos, membros dos poderes diretivos;
 - f) manifestar-se em termos ofensivos contra a Associação
- IV. com pena de Exclusão:
- a) o acúmulo de penas de suspensão igual ou superior a 18 meses;
 - b) o não pagamento há mais de 03 meses, de qualquer débito junto à AABB;
 - c) a condenação por sentença transitado em julgado, por ato de manifesta improbidade, por crime infamante ou contra os bons costumes;
 - d) o dano ao clube e não reparo nos termos deste Regimento;
 - e) a prática, dentro ou fora da Associação, de atos danosos e comprometedores do conceito da Associação;
 - f) a agressão de natureza grave a convidado, a associado, dependente ou funcionário da Associação.
- V. com pena de Eliminação:
- a) a prática de beneficiar-se, direta ou indiretamente, em razão do cargo que ocupa, com a contratação de pessoa física para execução de serviços à Associação;
 - b) a acusação, não comprovada, a qualquer membro do próprio Conselho ou de outro;



- c) a infração ao disposto nos artigos que regulam a competência de cada membro que compõe os diversos órgãos da Associação;
- d) qualquer ação ou omissão que possa comprometer o patrimônio, prejudicar a eficiência do serviço ou causar prejuízo de qualquer natureza à Associação;
- e) praticar atos de indisciplina considerados graves;
- f) for condenado criminalmente com sentença transitada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena.
- g) divulgar durante a campanha eleitoral da ASSOCIAÇÃO ou a qualquer época, calúnias, injúrias, ou insinuações maldosas contra participantes do processo, devidamente comprovada a origem;
- h) praticar ato lesivo à honra, moral ou aos bons costumes, nas dependências da ASSOCIAÇÃO ou em suas imediações, contra associados, dirigentes, convidados ou empregados da ASSOCIAÇÃO, ou ofensas físicas, nas mesmas condições;
- i) prestar ou endossar informações inverídicas a terceiros com o objetivo de prejudicar o bom funcionamento administrativo da ASSOCIAÇÃO ou atingir seus dirigentes;
- j) caluniar, difamar ou agredir, por palavras ou atos, associados, dirigentes, convidados, contratados, terceirizados ou empregados da ASSOCIAÇÃO

Art. 26º - O associado excluído poderá ser readmitido:

- I. na hipótese do art. 25, IV, b, desde que liquide o débito que motivou a exclusão;
- II. nos demais casos, não antes de decorridos 5 (cinco) anos, desde que seja reabilitado pelo Conselho de Administração e Conselho Deliberativo, após o pagamento das devidas taxas.

Art. 27º - No caso de flagrante de ocorrência disciplinar, o Conselho de Administração poderá afastar o associado preventivamente do exercício de seus direitos, não podendo a medida exceder a 30 (trinta) dias.

DO PROCESSO DISCIPLINAR



Art. 28º - O processo referido no art. 23º, § 2º, será instaurado pelo Presidente do Conselho Administrativo, com base em relatório de ocorrência emitido por quem presenciou o fato tido como infração, ou por comissão que o tenha avaliado, e submetido a uma Comissão Disciplinar constituída na forma do art. 34º, que procederá de acordo com o seguinte rito:

- I. notificará o associado da acusação, por meio de correspondência epistolar, para que ele apresente defesa escrita no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento do comunicado, indicando provas e arrolando testemunhas;
- II. após o recebimento da defesa prévia, será designada sessão da Comissão Disciplinar para ouvir o acusado e suas testemunhas, além dos responsáveis pela denúncia e respectivas testemunhas, lavrando-se circunstanciado relato dos fatos;
- III. a falta de apresentação da defesa prévia ou o não comparecimento do associado na reunião, implicará julgamento à revelia;
- IV. os depoimentos, quando for o caso, poderão ser tomados isoladamente, não podendo um depoente ouvir o relato dos outros;
- V. concluída a fase de instrução do processo, a Comissão Disciplinar emitirá parecer, opinando sobre a absolvição ou sobre a necessidade de aplicação de penalidade, remetendo os autos para o Conselho de Administração e/ou Conselho Deliberativo, no âmbito da competência de cada, no prazo de até 07 dias.
- VI. O Conselho Deliberativo ou o Conselho de Administração, no âmbito de suas respectivas competências, solicitarão ao jurídico da associação parecer sobre o caso, a ser apresentado em até 10 (dez) dias, antes de leva-lo a julgamento.

Art. 29º - O processo administrativo para apurar infrações cometidas por membros dos Poderes da Associação será instaurado pelo Presidente do Conselho Deliberativo, que encaminhará a denúncia a Comissão Disciplinar por meio de Portaria;

§ 1º - a Comissão Disciplinar procederá de acordo com art. 28º e encaminhará o parecer conclusivo para o Presidente do Conselho Deliberativo;



§2º - O Presidente do Conselho Deliberativo solicitará ao Jurídico da associação parecer sobre o caso, a ser apresentado em até 10 (dez) dias, antes de leva-lo a julgamento.

§ 3º - o julgamento será feito pelo plenário do Conselho Deliberativo, mediante voto da maioria de seus membros.

Art. 30º - Qualquer penalidade imposta deverá ser registrada nos assentamentos do associado, inclusive a aplicada a seu dependente;

Art. 31º - A instauração de processo disciplinar contra dependente menor de 18 anos será comunicada ao associado responsável pelo mesmo, para que acompanhe o feito.

Art. 32º - O Presidente do Conselho de Administração e/ou do Conselho Deliberativo, no âmbito de sua competência, e dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do processo, aplicará a penalidade ou determinará o arquivamento do processo, em conformidade com a decisão da Comissão Disciplinar e Parecer do Jurídico, comunicando ao infrator, por via epistolar, sob protocolo.

Parágrafo único - O Presidente do Conselho de Administração ao proferir a decisão de SUSPENSÃO do associado, poderá autorizar frequência aos dependentes do associado punido.

Art. 33º - O acusado poderá interpor recurso ao Conselho Deliberativo das penalidades aplicadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 1º - O prazo para protocolar o recurso junto à Secretaria da ASSOCIAÇÃO é de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, sob pena de preclusão.

§2º - O recurso será apresentado junto ao Conselho de Administração, que o remeterá, em até 5 dias úteis, ao Presidente do Conselho Deliberativo.

§3º - Antes de julgar o recurso, o Presidente do Conselho Deliberativo solicitará parecer ao jurídico da associação, sobre o caso, que deverá exarar-lo em até 5 dias.

DA COMISSÃO DISCIPLINAR

Art. 34º A Comissão Disciplinar, de caráter permanente, será constituída por 9 (nove) associados escolhidos pelo Conselho de Administração;



§ 1º - A Presidência será definida por seus membros;

§ 2º - A comissão reunir-se-á até 3 (três) dias úteis após a comunicação da falta ou transgressão, com a presença mínima de 3 (três) de seus membros, podendo ser dividida em subcomissões de 03 membros cada.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 35º - O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias quinzenais e extraordinárias sempre que necessárias, convocadas pelo seu Presidente, por seu substituto, no exercício do cargo, ou a requerimento de 3 (três) de seus membros.

Art. 36º - As reuniões serão realizadas com a presença de metade mais um de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria de votos dos presentes;

Parágrafo único - Dos trabalhos de cada reunião lavrar-se-á, em documento próprio, ata que será assinada por todos.

Art. 37º - A presença às reuniões será anotada em documento próprio, perdendo o mandato o membro que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, sem justificativa de motivos.

DO PRESIDENTE

Art. 38º - Ao Presidente compete, além das atribuições constantes do art. 20 do Estatuto Social:

- I. Dirigir a Associação, superintender, coordenar e fiscalizar o funcionamento de todos os segmentos do Conselho de Administração para a consecução de seus objetivos;
- II. Homologar a criação de novos departamentos ou diretorias em cada vice-presidência bem como a nomeação dos novos Diretores;
- III. Submeter ao Conselho de Administração a criação de novas Vice-Presidências para deliberação em Assembleia Geral;



- IV. Aprovar, com anuência dos demais integrantes do Conselho de Administração, a celebração de Convênios com outras entidades associado-culturais;

DAS VICE-PRESIDÊNCIAS

Art. 39º - Além das atribuições constantes do Estatuto e de outras fixadas pelos órgãos deliberativos e administrativos, compete a cada vice-presidente:

- I. Nomear, "ad referendum", do Presidente do Conselho de Administração os diretores de sua área;
- II. assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área;
- III. elaborar a escala de férias dos funcionários de seu setor, compatibilizando-a com a dos demais setores;
- IV. elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução;
- V. regulamentar, com o Conselho de Administração, e "ad referendum" do Conselho Deliberativo, o uso de equipamentos e da prática das diversas atividades da sua área de atuação, não contempladas neste Regimento Interno.

Art. 40º - Compete a cada Vice-Presidente especificamente:

- I. Ao Vice-Presidente Administrativo:
 - a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
 - b) substituir o Presidente do Conselho de Administração em seus eventuais afastamentos de acordo com o estatuto;
 - c) cuidar do controle geral dos serviços da Secretaria bem como do encaminhamento da correspondência recebida e expedida;
 - d) cuidar da administração das relações da Associação com seus empregados, relativamente à admissão, treinamento, demissão bem como fixar os horários de trabalho, folgas, férias, rodízios, etc., dos empregados de sua área e, em conjunto com as demais Vice-Presidências dos empregados a elas vinculados;

- e) supervisionar os serviços e atendimento dos restaurantes e dos bares;
 - f) cuidar da emissão das carteiras sociais e convites, bem como do acesso dos associados acompanhantes e convidados à Associação;
 - g) cuidar dos aspectos legais dos contratos, minutas de documentos, recibos, etc. nas relações da Associação com terceiros de qualquer natureza;
 - h) manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos às Assembleias Gerais e de atas das reuniões do Conselho de Administração, a documentação legal da Associação e o controle de licenças, alvarás e outros exigidos pelos poderes competentes;
 - i) elaborar o relatório anual da Associação a ser remetido ao Conselho Deliberativo;
 - j) propor ao Conselho de Administração valores e taxas pela utilização de instalações e serviços da Associação, mantendo o controle de sua cobrança;
 - k) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área;
 - l) exercer, quando delegado pelo Presidente do Conselho de Administração, a representação da Associação em juízo ou fora dele;
 - m) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução;
 - n) zelar para que todas as comunicações se processem por escrito.
- II. Ao Vice-Presidente Financeiro
- a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
 - b) substituir o Presidente do Conselho de Administração;
 - c) efetuar o controle dos serviços de tesouraria;
 - d) cuidar da programação, da execução e da movimentação e gestão dos recursos financeiros da Associação;
 - e) coordenar o fluxo de recursos para as demais vice-presidências, de acordo com o orçamento anual e receber as prestações de contas;
 - f) controlar a execução dos serviços de natureza contábil e financeira prestados por terceiros à Associação;



- g) cuidar e ter sob sua guarda os livros e documentos que envolvam a movimentação financeira da Associação.
- h) elaborar o relatório anual de sua área a ser remetido ao Conselho Deliberativo
- i) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução;
- j) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área
- k) zelar para que todas as comunicações se processem por escrito.
- l) elaborar os balancetes mensais, o balanço anual e a proposta orçamentária da ASSOCIAÇÃO para o exercício seguinte;
- m) elaborar relatórios sobre receitas e despesas, cronogramas financeiros do fluxo dos recursos ordinários e extraordinários previstos no orçamento anual;

III. Ao Vice-Presidente Social e Cultural:

- a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
- b) Planejar, organizar e supervisionar a realização de eventos, atividades sociais, culturais e de lazer;
- c) supervisionar a contratação de artistas, conjuntos musicais, etc. para exibições ou animação de eventos nas dependências da Associação, bem como da prestação de serviços vinculados, tais como decoração, serviços de terceiros, etc.;
- d) orientar e supervisionar, em conjunto com as demais Vice-Presidências, as atividades sociais e culturais em eventos por elas patrocinados;
- e) elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o calendário anual de eventos sociais e culturais;
- f) organizar as atividades de áreas específicas como o setor jovem, departamento feminino, etc.;
- g) incrementar o desenvolvimento artístico e cultural dos associados;
- h) promover a realização de cursos, treinamentos, palestras, conferências e demais atividades de lazer cultural;
- i) supervisionar a elaboração e publicação do jornal informativo da Associação e demais publicações culturais e sociais;



- j) orientar e supervisionar concursos e exposições ou qualquer outra atividade artística ou cultural, propondo incentivos e premiações;
 - k) integrar as ações de sua área às das demais vice-presidências da Associação;
 - l) orientar e supervisionar o funcionamento da biblioteca, traçando a política de aquisição de publicações e livros além de propor ao Conselho de Administração a adoção de taxas para a sua utilização;
 - m) representar, individualmente ou com o Presidente do Conselho de Administração, a Associação, nos eventos sociais e culturais;
 - n) elaborar o relatório anual de sua área a ser remetido ao Conselho Deliberativo.
 - o) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução;
 - p) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área
 - q) zelar para que todas as comunicações se processem por escrito
- IV. Ao Vice-Presidente Patrimonial:
- a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
 - b) orientar e supervisionar os serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis da Associação;
 - c) elaborar anualmente o inventário do patrimônio da Associação com a apropriação das perdas e depreciações;
 - d) supervisionar, juntamente com as demais vice-presidências, o uso dos bens e equipamentos à disposição das mesmas, propondo ao Conselho de Administração a responsabilidade de associados ou empregados pela sua perda ou danos resultantes de seu uso anormal;
 - e) assinar, em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, a correspondência de sua área;
 - f) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução.
 - g) elaborar o relatório anual de sua área a ser remetido ao Conselho Deliberativo.
 - h) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área

- i) zelar para que todas as comunicações se processem por escrito
- V. Ao Vice-Presidente Desportivo;
 - a) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
 - b) organizar e supervisionar a realização de eventos esportivos bem como de atividades destinadas formação e treinamento de atletas;
 - c) organizar e propor ao Conselho de Administração o calendário anual de eventos esportivos da Associação;
 - d) representar a Associação junto a entidades desportivas oficiais;
 - e) indicar ao Conselho de Administração para contratação, pela Associação, de técnicos, treinadores, juízes, massagistas, etc. das diversas modalidades esportivas;
 - f) elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o calendário anual esportivo
 - g) coordenar e supervisionar os horários de funcionamento das diversas instalações esportivas;
 - h) coordenar e supervisionar as atividades dos diversos departamentos e fiscalizar o cumprimento dos regulamentos específicos;
 - i) orientar, por solicitação dos demais Vice-Presidentes, o uso das instalações esportivas nos eventos por eles organizados;
 - j) propor ao Conselho de Administração valores de taxas pela utilização de instalações, materiais e serviços de sua área;
 - k) adquirir, respeitando o orçamento de sua área, os diversos materiais (bolas, camisetas, uniformes, etc.) utilizados na prática das diversas modalidades esportivas;
 - l) elaborar com o Vice-Presidente Administrativo a escala de férias dos funcionários do setor;
 - m) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área;
 - n) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução.
 - o) elaborar o relatório anual de sua área a ser remetido ao Conselho Deliberativo.
 - p) zelar para que todas as comunicações se processem por escrito



- q) realizar, semestralmente, no último dia dos meses de junho e dezembro, a verificação física dos bens da ASSOCIAÇÃO;

VI. Ao Vice-Presidente para Assunto de Aposentados;

- a) planejar, organizar e supervisionar as atividades de lazer, esportivas, sociais e culturais para os aposentados;
- b) nomear "ad referendum" do Presidente do Conselho de Administração, os diretores de sua área;
- c) elaborar, em conjunto com o Conselho de Administração, o calendário de eventos voltados para os aposentados;
- d) planejar, juntamente com as demais Vice-Presidências, a compatibilização dos espaços físicos e emprego de pessoal específico na realização dos eventos programados;
- e) promover jantares, se possível, com palestras dirigidas à terceira idade;
- f) promover junto com a Vice-Presidência social, eventos voltados para aposentados como bailes tipo da saudade, serestas, jantares dançantes, etc.
- g) elaborar o orçamento anual de sua área e fiscalizar a sua execução.
- h) elaborar o relatório anual de sua área a ser remetido ao Conselho Deliberativo
- i) assinar com o Presidente do Conselho de Administração a correspondência de sua área
- j) zelar para que todas as comunicações se processem por escrito

Art.41º - Aos integrantes dos órgãos estatutários e funcionários serão ressarcidas as seguintes despesas em viagem: hospedagem, combustível, estacionamento, alimentação, transporte, comunicação, no estrito exercício de suas funções e outras aprovadas pelo Conselho de Administração, desde que comprovadas.

Art.42º- As despesas de refeição e estacionamento dos Conselheiros Deliberativos e Fiscais, serão abonadas pela Associação, se realizadas no desempenho de suas funções.

COMITÊ DE INVESTIMENTO



Art. 43º - O Conselho de Administração poderá criar Comitê de Investimento, para auxiliar na política de gestão de recursos do clube, definindo política de investimentos e metas, cuja atuação será apenas de orientação e consultiva, não lhe assistindo nenhum poder decisório.

DO FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 44º - A Associação permanecerá aberta diariamente em horários fixados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único - A critério das Vice-Presidências os horários poderão ser excepcionalmente prorrogados quando da realização de eventos esportivos, sociais, culturais e recreativos.

Art. 45º - O acesso às dependências do clube só será permitido mediante apresentação da carteira social, de autorização provisória ou de convite na portaria do clube.

Art. 46º - Os convidados poderão ingressar no Clube, em dias normais de funcionamento, mediante apresentação do convite e devidamente identificado por documento de fé pública, com foto, na secretaria do Clube;

Parágrafo único - O associado é responsável pelos atos praticados por seus convidados.

Art. 47º - Não será permitido o ingresso de animais, excetuando-se os casos de cães-guia para deficientes visuais, exposições ou outros eventos promovidos pela Associação.

Art. 48º - Não serão permitidas manifestações de caráter religiosas, raciais ou políticas partidárias no recinto do clube.

Art. 49º - Não será permitida a permanência de veículos no estacionamento após o horário de funcionamento da AABB, exceto se autorizado pelo Conselho de Administração e por tempo determinado.

PLANTÃO



Art. 50º - O Conselho de Administração elaborará escala, entre seus Vice-Presidentes e demais diretores, para plantões aos sábados, domingos e feriados.

§ 1º - Ao plantonista caberá resolver qualquer questão envolvendo o funcionamento regular da Associação, bem como ocorrências disciplinares envolvendo associado, dependente ou convidado.

§ 2º - Na Secretaria ou em outros locais com grande visibilidade, deverá haver indicação, se possível com fotografia, do Vice-Presidente de plantão.

DA SECRETARIA

Art. 51º - À Secretaria compete registrar e controlar todos os serviços, inclusive quanto aos empregados, atendendo aos associados, seus dependentes e convidados para quaisquer esclarecimentos relacionados com as atividades do clube.

DOS EMPREGADOS

Art. 52º - A critério do Conselho de Administração, poderão ser promovidas atividades sociais, culturais, desportivas e recreativas de interesse dos empregados da Associação.

Art. 53º - É vedado aos empregados da Associação serem admitidos no quadro de associados do clube.

Art. 54º - Cabe aos empregados encarregados da segurança, devidamente identificado, cumprir e fazer cumprir as disposições que lhes forem transmitidas relativas à disciplina, moral e segurança dos associados e de seus bens.

Art. 55º - Não poderão fazer parte do Quadro de Funcionários do Clube, parentes até 3º grau de membros do Conselho de Administração.

Art. 56º - Não poderá ser contratada empresa para prestação de serviços ao Clube de que faça parte de sua composição societária parente até 3º. Grau de membro do Conselho de Administração.

DO FUNCIONAMENTO DOS DEPARTAMENTOS

BARES, RESTAURANTES E AFINS

Art. 57º – Caberá ao Conselho Administrativo:

- ✓ fiscalizar o funcionamento do bar e restaurante;
- ✓ acompanhar se o quadro de funcionários do bar e do restaurante atende à demanda, principalmente nos finais de semana;
- ✓ verificar a satisfação do associado quanto a prestação de serviços do bar e restaurante.

Art. 58º - Os serviços do bar e restaurante devem atender aos usuários com toda a cortesia, observando higiene rigorosa e praticando preços compatíveis com o mercado sujeitos a aprovação do Conselho de Administração, supervisionados pela Vice-Presidência Administrativa.

Art. 59º - Os serviços de bares ou restaurantes serão administrados e explorados pela Associação ou por terceiros através do regime de arrendamento.

§ 1º - O arrendamento se fará com empresa do ramo, legalmente estabelecida, e de idoneidade e capacidade financeira comprovadas.

§ 2º - Do contrato deverão constar além das cláusulas normais para tais serviços outras específicas quanto ao uso dos espaços cedidos, prévia homologação de preços guarda e conservação dos bens e equipamentos da Associação, despesas de conservação, ressarcimento de danos causados, etc.

§ 3º - A concessionária deverá exibir à Associação, sempre que solicitado, as certidões de regularidade fiscal.

§ 4º - a seleção dos candidatos se fará, a critério do Conselho de Administração, por concorrência ou através de carta-convite;

§ 5º - a empresa escolhida deverá se comprometer a observar os horários de funcionamento das atividades, na forma indicada pela ASSOCIAÇÃO;

§ 6º - A concessionária perderá o direito à exploração dos serviços quando desatender qualquer das condições pactuadas, na forma definida em contrato.

DOS SALÕES DE FESTA



Art. 60º - Os salões de festas serão utilizados nas programações sociais e culturais.

Art. 61º - Os convites, ingressos e as reservas de mesas para os eventos sociais e culturais deverão ser adquiridos pelo associado, na secretaria do Clube ou em outro local previamente estabelecido,

Parágrafo Único - O acesso de não associados para eventos sociais e culturais estará sujeito ao pagamento de uma taxa previamente estabelecida pelo Conselho de Administração;

Art. 62º - Os salões de festa, assim como qualquer outro espaço, poderão ser locados para solenidades fora da programação das atividades do Clube, mediante o pagamento de taxa pré-estabelecida pelo Conselho de Administração;

§ 1º - Do contrato de locação dos salões de festas deverá constar cláusula que responsabilize o locatário por qualquer dano causado ao Clube, decorrente do uso de suas instalações.

§ 2º - O uso das instalações será limitado às áreas estritamente necessárias ao evento, sendo vedada a utilização das demais dependências do Clube.

§3º - Os valores das locações e as normas contratuais e de utilização serão definidos pelo Conselho de Administração.

§4º - Fica a critério do Conselho de Administração a isenção de taxa de locação para o Banco do Brasil e órgãos a ele vinculados bem como para outras entidades de interesse de relacionamento da Associação.

§5º - A locação somente se efetivará após a assinatura do contrato.

Art. 63º - A contratação de terceiros, pelo locatário, para preparação e realização de eventos nas dependências locadas deverá ser comunicada, formalmente, em até 24 horas antes do evento.

Art. 64º - O locatário é responsável pelas ações de todos os seus convidados e contratados.

DAS CHURRASQUEIRAS



Art. 65º - Ao associado é permitido utilizar as áreas e churrasqueiras para a realização de festividades particulares, desde que não impeça a utilização das áreas comuns por qualquer outro associado.

Parágrafo Único - A utilização de área de churrasqueira depende de reserva prévia.

DA SINUCA

Art.66º – Os associados e eventuais frequentadores deverão observar as normas de conduta, respeitando tempos e condições estabelecidos para a utilização dos equipamentos.

Art.67º - É proibida a aposta, sob qualquer hipótese, incorrendo em falta grave aqueles que a praticarem.

Art. 68º - Periodicamente a AABB, a critério da Vice-Presidência de Esportes, poderá promover torneios classificatórios, com o objetivo principal de atualização do ranking;

Art. 69º - Os torneios promovidos na AABB poderão ser regidos pelas regras da Federação Brasileira de Bilhar e Sinuca, a critério do Conselho de Administração.

DO GINÁSIO

Art. 70º - A utilização do ginásio será preferencialmente dos associados e seus dependentes, e será feita compatibilizando-se lazer com jogos e treinos das equipes e seleções do Clube;

Art. 71º - Nas competições esportivas será vedado o uso das demais dependências do Clube aos componentes das delegações visitantes, salvo quando se tratar de outra AABB, ou autorizado pelo Conselho de Administração;

Art. 72º - Eventualmente poderá o Clube utilizar o ginásio para outras programações de seu interesse;

Art. 73º - A não ser em partidas oficiais ou amistosas com outras equipes a Associação não fornecerá uniformes para os usuários, concedendo-lhes apenas as bolas estritamente indispensáveis;

Art. 74º - O atleta deverá estar uniformizado para as competições oficiais, sendo vedado o uso de equipamentos e vestuário inadequados.

DO PARQUE AQUÁTICO

Art. 75º - Para o ingresso no parque aquático é obrigatória a apresentação da carteira social;

Art. 76º - A frequência de menores no parque aquático será de exclusiva responsabilidade de seus pais ou responsáveis, eximindo-se o Clube, ou seus dirigentes, por qualquer acidente que porventura venha a ocorrer;

Art. 77º - Todo o usuário do parque aquático deverá passar pela ducha na entrada da piscina;

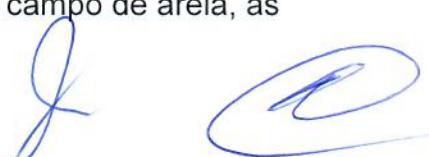
Art. 78º - É proibido no parque aquático:

- I. empurrar ou carregar pessoas para atirá-las na água;
- II. simular lutas;
- III. praticar desportos fora de competições oficiais;
- IV. usar sabonetes ou similares;
- V. praticar atos contra a boa higiene;
- VI. utilizar qualquer tipo de boias, exceto na piscina infantil;
- VII. levar comidas ou bebidas, bem como utilização de copos ou garrafas de vidro.

DO CAMPO DE FUTEBOL

Art. 79º - Todo o espaço esportivo, destinado a uso exclusivo do associado, deverá seguir as regras pré-estabelecidas pela vice-presidência de Esportes, bastando para tanto comunicar antecipadamente, desde que não esteja comprometido o espaço por outros associados.

Parágrafo Único – Deve-se compreender como espaço esportivo, os campos de futebol, o ginásio poliesportivo, as quadras de tênis, o campo de areia, as



quadras de areia (vôlei e futevôlei) e as salas de jogos, todos supervisionados pela Vice-Presidência de Esportes.

Art. 80º. Para a prática do futebol a AABB disponibiliza o campo existente em sua sede, com as seguintes prioridades de uso:

- I. associados da AABB e seus dependentes, em dias e horários estabelecidos pelo Departamento de Esportes
- II. seleções da AABB, em preparação para torneios programados;
- III. seleções da AABB, para treinamento;
- IV. associados, dependentes e não associados, em dias e horários não ocupados, mediante pagamento de uma taxa fixada pelo Conselho de Administração.

§ 1º - As seleções da AABB serão formadas com jogadores associados ou dependentes, observado o regulamento específico da competição.

§ 2º - No caso do inciso III deste artigo o associado ou dependente é livre para escolher o horário do jogo, salvo quando a programação estabelecer idade mínima ou máxima.

Art. 81º. A programação dos jogos de campeonatos, torneios e dos treinos preparatórios é de responsabilidade do Vice-Presidente de Esportes, a qual deverá ser divulgada com uma antecedência mínima de 07 (sete) dias.

Art. 82º. Os jogos serão praticados em conformidade com as regras oficiais, que poderão ser alteradas para se adaptarem às realidades específicas de categoria ou grupo praticante do esporte, conforme determinado por um Conselho Técnico e Disciplinar.

§ 1º - O Conselho Técnico e Disciplinar, presidido pelo Vice-Presidente Desportivo, será formado por quatro associados, com seus respectivos suplentes, em dia com suas obrigações com a AABB, todos assíduos praticantes da modalidade esportiva, que terá as seguintes atribuições:

- I. Proceder as alterações nas regras do futebol, adaptando-as às situações específicas das diversas categorias de praticantes;
- II. Decidir sobre caso de indisciplina em campo, relatado por jogador e mais duas testemunhas no mínimo;



- III. Decidir sobre conduta antiesportiva ou antissocial, dentro do campo ou nas suas áreas contíguas, relatadas por árbitro ou duas testemunhas oculares no mínimo;
- IV. Propor, ao Conselho Disciplinar, para cada caso de indisciplina, conduta antiesportiva e conduta antissocial, a aplicação da penalidade cabível.

§ 2.º - São consideradas condutas antiesportiva ou antissociais:

- I. Desistir de jogar;
- II. Abandonar o jogo, estando em condições físicas normais, desfalcando a equipe;
- III. Não aceitar revezamento na posição de goleiro, quando a equipe não tiver jogador para a posição;
- IV. Dizer palavrões e/ou fazer gestos ofensivos;
- V. Rebelar-se contra a decisão da maioria dos jogadores, democraticamente tomada, resultando com isso a não realização de uma partida de futebol ou a sua paralisação;
- VI. Não ficar disponível para jogo em outro horário, quando preterido em sorteio no qual tenha sido inscrito, salvo quando houver no mínimo oito jogadores para um próximo jogo;
- VII. Envolver-se em briga corporal;
- VIII. Envolver-se em discussão da qual tenha surgido desavença irreconciliável entre os envolvidos;
- IX. Praticar ato ou ofensa de que resulte abandono de associado da AABB.

§ 3.º - Na proposição da pena, o companheirismo e a boa educação esportiva serão considerados como fatores atenuantes. Reiteradas expulsões de jogos ou condutas antiesportivas e sociais, serão consideradas como fatores agravantes.

Das Ações Comunitárias e Ambientais

Art.83º - O Conselho de Administração apoiará e incentivará ações de responsabilidade social e ambiental através de parcerias com órgãos municipais, estaduais e entidades com finalidades filantrópicas e de preservação do meio ambiente.



DO PROCESSO DE COMPRAS E DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Art.84º - No procedimento de compra e contratação serão definidos o objeto, a estimativa de seu valor e os recursos para atender à despesa, com consequente autorização.

Parágrafo único - O processo não será sigiloso, sendo acessíveis aos interessados os atos de seu procedimento.

Art.85º - O Presidente do Conselho de Administração indicará os responsáveis pela coordenação dos procedimentos referentes aos processos, segregadas necessariamente as funções de compra ou contratação, recebimento e contabilização.

Art.86º – Sempre que possível, de acordo com a natureza do bem ou serviço, será efetuada pesquisa de preços em, pelo menos, 3 (três) interessados do ramo pertinente ao objeto, nos casos que envolvam dispêndios acima de 03 (três) salários mínimos.

Parágrafo único - Para obras e serviços de engenharia, o limite estabelecido no “caput” terá seu valor duplicado.


Art.87º - Na seleção do fornecedor será escolhida a proposta de melhor custo benefício, ponderadas as variáveis de qualidade, prazo de entrega e condições de pagamento.

DOS CONTRATOS FIRMADOS PELA ASSOCIAÇÃO

Art.88º – Todos os contratos a serem firmados pela associação, independentemente de sua natureza ou valor, serão obrigatoriamente submetidos ao setor jurídico.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 89º - Os atletas, associados e dependentes são responsáveis pelos materiais que lhes for entregue para jogos, treino ou lazer obrigando-se a indenizar a Associação no caso de dano ou extravio.



Art.90º - Os associados, a qualquer momento, poderão solicitar, por escrito ao Conselho de Administração, informações sobre os registros financeiros e administrativos da Associação.

Art. 91º - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pelo Conselho de Administração, ouvido o Conselho Deliberativo.

Art. 92º - Este Regimento Interno poderá ser alterado, no todo ou em parte, em reunião do Conselho Deliberativo especialmente convocado para tal fim.

Art. 93º - Os regulamentos que vierem a ser aprovados para disciplinar modalidades não previstas neste Regimento dele passarão a fazer parte integrante sob a forma de anexos.

Art. 94º - Este Regimento, aprovado na reunião do dia 15/05/2018 do Conselho Deliberativo, entra em vigor nesta data.

José Vandemberg Moraes Borges
Presidente do Conselho de Administração

Marcos Antônio Tavares
Presidente do Conselho Deliberativo

